

## Brasil

*economia Brasil*  
**Conjuntura** índice mostra menor dependência do capital externo

# Poupança pública será positiva neste ano

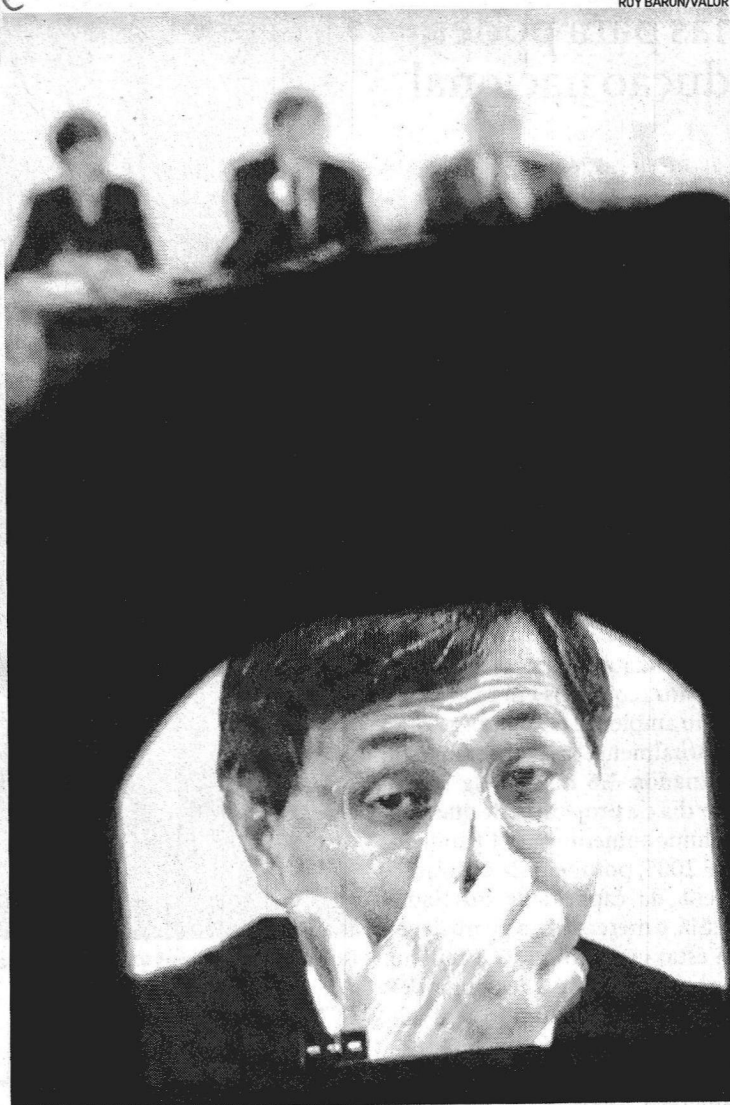
**Claudia Safatle e Juliano Basile**  
 De Brasília

Pela primeira vez, desde 1995, a poupança pública deverá ser positiva, anunciou ontem o ministro interino da Fazenda, Amaury Bier. Isso significa que o país está, de fato, menos dependente do capital externo para financiar os gastos com investimentos. A poupança pública é resultado das receitas com impostos e contribuições, líquidas das transferências (inclusive com juros e subsídios) menos o consumo do governo (despesas de custeio e pessoal). A diferença entre poupança e déficit público é que, no conceito de déficit (tanto nominal quanto operacional ou primário) os investimentos são contabilizados como despesas. A rigor, o superávit fiscal é o resultado da poupança menos os investimentos públicos.

A poupança do setor público, em 1994, correspondia a aproximadamente 6% do Produto Interno Bruto (PIB), alimentada sobretudo pela superinflação, que corroía mais fortemente os gastos públicos que as receitas. Na

quele período o superávit primário superava 5% do PIB e a poupança externa estava próxima a zero. Com o fim das altas taxas de inflação e, também, com o aumento simultâneo das despesas públicas do Plano Real para cá, a equação se inverteu totalmente. A expressão máxima dessa inversão ocorre em 1998, quando o país contabilizou uma despoupança equivalente a 4% do PIB, uma necessidade de poupança externa superior a 4% do PIB e um superávit primário praticamente nulo. A inflexão nesse processo de despoupança crescente — e portanto déficit em transações correntes do balanço de pagamentos também crescente — em fins de 1998, mas só neste ano é que será possível produzir uma poupança positiva do setor público. Esta, porém, não deve ser elevada (possivelmente será algo inferior a 1% do PIB).

Bier falou sobre essa questão durante o seminário "Soluções para a execução fiscal no Brasil" para uma platéia de juízes. Disse que a meta para a inflação deste ano, de 6% com tolerância de 2 pontos percentuais para cima ou



**Amaury Bier, da Fazenda: a meta para a inflação deste ano será cumprida**

para baixo, será cumprida.

A balança comercial, segundo ele, foi afetada por aumentos dos preços dos produtos que o país importa e queda nos preços das commodities que o país exporta. Ainda assim, o déficit nas contas de transações correntes do balanço de pagamentos (resultado dos bens e serviços que o país exporta e importa) deverá ficar no mesmo patamar de US\$ 24 bilhões registrado no ano passado. E reiterou que hoje o país não depende do fluxo de capitais de curto prazo e que o déficit em conta corrente está sendo totalmente financiado pelo ingresso

de investimentos diretos.

Bier disse que na medida em que o governo conseguir resolver os "litígios judiciais" e deixar claro que não admitirá sonegação fiscal, o país poderá ter alíquotas de impostos mais baixas e um universo maior de contribuintes. Bier, ministro interino da Fazenda, voltou a defender a necessidade de uma reforma tributária, e mais especificamente, a quebra do sigilo fiscal. O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, também participou do encontro e disse que reforma tributária "é um processo permanente, que vem ocorrendo desde 1995".

RUY BARON/VALOR